Processo Seletivo para o Programa de Estágio da PRR/3ª Região - 1º Semestre/2013
Prova A4

Parte I – Prova Objetiva

1. **O mandado de segurança coletivo não pode ser impetrado por:**
a) partido político com representação no Congresso Nacional;
b) organização sindical;
c) associação legalmente constituída, independentemente do prazo de funcionamento;
d) entidade de classe.

2. **É assegurado aos presos, no que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos, pela Constituição da República de 1988:**
a) a integridade física e à liberdade de expressão.
b) apenas a integridade moral.
c) apenas a integridade física.
d) a integridade física e moral.

3. **Em relação à competência legislativa privativa da União, prevista na Constituição da República de 1988, é correto afirmar:**
a) não é possível a promulgação de lei estadual a respeito de quaisquer matérias nela especificadas.
b) lei complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relativas a esta competência.
c) os Estados poderão editar normas suplementares, respeitando as normas gerais da União.
d) inexistindo lei federal, os Estados poderão exercer a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

4. **Assinale a alternativa incorreta:**
É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
a) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado
b) incapacidade civil relativa
c) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos
d) improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

5. **Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública podem ser expressos ou implícitos, são multifuncionais, sendo certo que, dentre outras características,**
I. norteiam a elaboração legislativa e a aplicação das normas jurídicas (função orientadora)
II. não permitem uma compreensão global e unitária do texto constitucional, ou ainda, a harmonia na aplicação do direito (função supletiva)
III. esclarecem o sentido, a dimensão e o conteúdo nas normas jurídicas (função interpretativa)
IV. têm funções normogenética e discricionária, mas desprovidas de funções sistêmica e vinculante.
É correto o que consta APENAS em:
a) I e II.
b) I e III.
c) I e IV.
d) II e IV.

6. **Aos brasileiros e estrangeiros residentes no País, a Constituição da República do Brasil garante, nos termos do artigo 5º, *caput*, a inviolabilidade do direito (assinale a incorreta):**
a) à vida e à liberdade.
b) à igualdade e à vida.
c) à segurança e à propriedade.
d) apenas à vida.

7. **Assinale a alternativa que expressa os direitos e as garantias fundamentais firmados pela Constituição da República de 1988, no artigo 5º e seus incisos:**
a) ninguém será privado da liberdade e de seus bens, sem o devido processo administrativo.
b) ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal indenizatória.
c) ninguém será processado nem sentenciado senão por autoridade coerente.
d) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

8. **Assinale a alternativa correta:**
a) a pena de morte pode ser aplicada no Brasil;
b) a pena de morte pode ser introduzida no Brasil por meio de emenda constitucional;
c) a pena de morte pode ser aplicada em caso de guerra declarada;
d) a pena de morte pode ser introduzida em processo de revisão constitucional.

9. **Os representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, firmaram como valores supremos desta sociedade, no preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, a exceção de:**

a) o exercício dos direitos sociais e individuais.
b) a liberdade, a segurança, a igualdade e a justiça.
c) o bem estar e o desenvolvimento.
d) a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

10. **"A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CR/88, artigo 5º, XXXV). Trata-se do princípio:**
a) da isonomia
b) do juiz natural
c) da tutela jurisdicional (jurisdição una)
d) da supremacia do Poder Judiciário

11. **Não é efeito automático da condenação:**
a) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime
b) a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé**,** dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;
c) a inabilitação para dirigir veículos.
d) a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

12. **Assinale a alternativa correta:**
a) O princípio da irretroatividade da lei penal mais grave, assegurado inclusive pela Constituição Federal, não admite exceções.
b) Pela teoria da ação, adotada pela legislação brasileira considera-se como lugar do crime aquele em que foi praticada a ação, ainda que seu resultado tenha ocorrido em outro lugar.
c) Segundo a teoria da imputação objetiva, o resultado de uma conduta somente pode ser objetivamente imputado ao seu autor quando tenha criado uma situação de risco juridicamente não permitida a um bem jurídico e tal risco se tenha concretizado num resultado típico.
d) A doutrina majoritária entende que crime é a ação típica, antijurídica, culpável e punível.

13. **O maior de 18 anos e menor de 21:**
I. é penalmente irresponsável;
II. é responsável até o limite de sua capacidade de compreender a ilicitude da conduta perpetrada;
III. é penalmente responsável;
IV. tem reduzidos pela metade os prazos prescricionais se tinha essa idade ao tempo do crime.
Marque a alternativa correta:
a) As assertivas II e IV estão corretas;
b) As assertivas II, III e IV estão corretas;
c) Apenas a assertiva III está correta;
d) As assertivas III e IV estão corretas.

14. **A aprovação pelo Supremo Tribunal Federal de súmula, com efeito vinculante, obrigará:**
a) apenas o Poder Judiciário.
b) apenas a Administração Pública Direta.
c) a Administração Pública direta e indireta, somente na esfera federal.
d) os órgãos do Poder Judiciário e a administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

15. **Pelo princípio *tempus regit actum*:**
a) todos os fatos que ocorrem na vigência de uma lei são regidos por ela.
b) depois de revogada, a lei ainda continua sendo aplicada aos casos que ocorreram durante a vigência dela.
c) o sujeito pode ser condenado mesmo que sua conduta não seja mais considerada crime, se quando a praticou era tipificada pelo Código Penal como tal.
d) Todas as anteriores estão corretas.

16. **A Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, positivou o que se convencionou chamar de "federalização dos crimes contra os direitos humanos", a fim de se acabar com a impunidade das graves violações de direitos humanos no Brasil. Portanto, em hipótese de grave violação de direitos humanos e com a finalidade de assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá(ão) suscitar incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo:**
a) qualquer associação, desde que esteja constituída há pelo menos 1 (hum) ano e inclua entre suas finalidades instit ucionais a proteção dos direitos humanos.
b) quaisquer legitimados para propor a ação direita de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
c) o Procurador-Geral da República, perante o Superior Tribunal de Justiça.
d) o Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal.

17. **O texto da Constituição da República estabelece que são crimes imprescritíveis:**
a) terrorismo e crimes hediondos
b) crimes hediondos e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins
c) tortura e racismo
d) racismo e ações de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

18. **Caio furtou da casa do seu vizinho, Mévio, um revólver e munição. Horas depois, em via pública, ao deferir seis tiros em Tício, seu primo, à queima roupa, percebeu que nada acontecera a seu parente que, a propósito do ocorrido, prestou uma queixa-crime à polícia. O inquérito policial encaminhado ao Ministério Público registrou que o homicídio não ocorrera em razão de que o acusado havia pego, equivocadamente,uma munição de festim, propícia a treinamento militar. O relatório finda por tipificar o fato como tentativa de homicídio, com fulcro no CPB, art. 121 (Matar alguém...) e 14, II (Diz-se o crime: ... tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.).**
Analisado o exposto, marque abaixo a proposição correta:
a) O inquérito policial acertou na tipificação, pois o agente ativo do crime percorreu as fases do chamado iter criminis (cogitação, atos preparatórios, atos de execução e consumação), somente não se consumando o resultado natural esperado por circunstâncias alheias à vontade do agente.
b) O inquérito policial errou na tipificação, uma vez que se trata de crime exaurido, apenas não tendo havido o resultado natural esperado pelo acusado.
c) O inquérito policial acertou na tipificação, pois de acordo com a teoria subjetiva o intento do acusado fora traçado na fase conhecida como cogitação, suficiente para caracterizar a relação causal com o ocorrido.
d) O inquérito policial errou na tipificação, uma vez que o delito de homicídio não seria possível de ser praticado por ineficácia absoluta do meio, caracterizando-se hipótese de crime impossível, também conhecido como tentativa inidônea ou inadequada.

19. **Analise a procedência das afirmativas abaixo e assinale a opção correta.**
São causas extintivas da punibilidade:
I - a retratação do agente, nos casos em que a lei a admite;
II – o perdão aceito, nos crimes de ação privada;
III - morte do agente, a anistia, a prescrição e o trânsito em julgado de acórdão condenatório;
a) As três estão corretas.
b) Apenas a última está errada.
c) Apenas uma está correta.
d) Nenhuma está correta.

20. **Analise a procedência das afirmativas abaixo e assinale a opção correta:**
I – Em matéria de concurso de agentes, a teoria do domínio do fato advoga que aquele que tem a capacidade de coordenar toda a ação criminosa deve responder pela sua prática, na condição de partícipe.
II – Dá-se o erro de proibição, com conseguinte exclusão do dolo, quando o agente comete um crime, por haver incidido em equívoco a respeito da presença de uma de suas elementares.
III – Adota o Código Penal Brasileiro, quanto à relação de causalidade, a teoria da equivalência das condições ou *conditio sine qua non*.
a) As três estão corretas.
b) Apenas uma está correta.
c) Apenas a primeira está errada.
d) Todas estão erradas.

21. **Assinale a alternativa incorreta:**
a) Uma Lei Ordinária Federal não pode revogar as disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro por ser esta hierarquicamente superior.
b) Há repristinação no Direito Brasileiro, se a lei mais nova a prever expressamente.
c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue porque a simples passagem do tempo ou o desuso nunca podem, por si, revogar uma lei.

22. **Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.**
a) Prescreve em 10 (dez) anos a pretensão de reparação civil.
b) Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.
c) A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
d) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.

23. **A respeito do bem de família:**
a) o bem de família é absolutamente impenhorável.
b) não se tem admitido em nenhuma hipótese essa garantia em favor de solteiro.
c) pode ser penhorado para execução de tributos devidos em função do imóvel.
d) a legislação prevê um valor máximo para o imóvel.

24. **Sobre o dolo no Direito Civil, assinale a alternativa incorreta:**
a) O negócio jurídico por vício resultante de dolo é anulável, sendo quatro anos o prazo decadencial para pleitear-se sua anulação.
b) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.

c) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
d) O dolo do representante legal de uma das partes obriga o representado a responder civilmente com ele por perdas e danos.

25. **Com relação relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa incorreta:**
a) As empresas individuais de responsabilidade limitada e as sociedades são pessoas jurídicas de direito privado, mas as autarquias e as organizações religiosas são pessoas jurídicas de direito público.
b) Os Estados estrangeiros são pessoas jurídicas de direito público externo.
c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
d) Para que se possa alterar o estatuto de uma fundação é mister que a reforma seja aprovada órgão do Ministério Público, mas, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

26. **No que tange às espécies de respostas tratadas no Código de Processo Civil, e aos prazos de apresentação, é correto afirmar que:**
a) a reconvenção consubstancia um contra-ataque do réu, mediante a propositura de uma outra ação contra o autor, que deve ter seu trâmite em autos próprios, sendo apreciada, contudo, pelo mesmo Julgador.
b) a exceção é defesa processual indireta, que visa o afastamento do juiz da causa, por suspeição ou impedimento, ou o deslocamento do feito para outro juízo, por questão de competência.
c) a contestação é via pela qual é feita a defesa do demandado, sendo dispensável sua apresentação se ele pretender reconvir.
d) a contestação deve ser apresentada no prazo de 10 dias

27. **Sobre as assertivas abaixo, marque a opção correta:**
I. Do ponto de vista científico processo e procedimento são conceitos análogos, tendo o mesmo significado jurídico;
II. Sob o prisma político, processo é o instrumento de que dispõem o Estado e as partes para buscar solução pacificadora dos conflitos, servindo de meio para a realização de objetivos afeiçoados ao Estado de Direito;
III. O procedimento, na praxe também designado rito, embora ligado ao processo, com ele não se identifica, pois é o mecanismo pelo qual este se desenvolve diante da jurisdição;
IV. Processo e procedimento compõem, somando-se um ao outro, a relação jurídica processual, o primeiro como dado substancial e o segundo como aspecto formal, de ordem estrutural;
V. No âmbito da competência concorrente, em matéria procedimental, incumbe à União editar as normas gerais, tendo os Estados competência suplementar.
a) Apenas a proposição I é incorreta;
b) Todas as proposições estão corretas;
c) Apenas as proposições I, IV e V estão incorretas;
d) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.

28. **São requisitos essenciais de qualquer sentença:**
a) Relatório, motivação e condenação em custas;
b) Fundamentação, condenação em custas e honorários;
c) Relatório, fundamentação e condenação;
d) Relatório, fundamentação e dispositivo.

29. **Sobre o tema "COMPETÊNCIA":**
I. A competência em razão da matéria poderá ser modificada pela conexão ou continência.
II. Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
III. A ação acessória será proposta no foro competente para a ação principal.
IV. O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.
Assinale a alternativa correta:
a) As assertivas I e IV são falsas.
b) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
c) Apenas a assertiva I é falsa.
d) As assertivas I, II e IV são verdadeiras.

30. **Sobre o tema "INTERVENÇÃO DE TERCEIROS" marque a alternativa correta:**
a) A oposição poderá ser oferecida até a prolação da sentença.
b) A oposição, independentemente do momento em que for oferecida, será apensada aos autos principais e correrá simultaneamente com a ação, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
c) Ao decidir simultaneamente a ação e a oposição, esta será conhecida em primeiro lugar.
d) Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, a oposição será julgada procedente.

31. **Sobre os membros do Ministério Público Federal:**
I- Tem por chefe o Procurador-Geral da União, escolhido pela classe e nomeado pelo Presidente da República.
II – Procurador da República Substituto é o cargo de entrada na carreira.
III – Exercem funções típicas do Ministério Público, cíveis e penais, junto à Justiça Federal.
IV- A admissão na carreira dá-se por concurso público de provas e títulos, sendo os aprovados nomeados pelo chefe da Instituição e não pelo Presidente da República.
Assinale a alternativa correta:
a) as afirmações dos itens II e IV estão corretas;
b) as afirmações dos itens I, III e IV estão corretas;
c) as afirmações dos itens III e IV estão corretas;
d) as afirmações dos itens I e IV estão corretas.

32. **Possui legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade**:
a) o Procurador Geral da República.
b) o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.
c) o Presidente do Senado Federal.
d) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.

33. **O Ministério Público, em sede do processo civil, pode atuar como autor ou órgão interveniente. O desempenho dessa variedade de funções tem por finalidade primordial zelar pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Com relação a esse assunto, assinale a opção incorreta.**

a) O Ministério Público não detém legitimidade para propor ação popular.
b) A existência de herdeiros incapazes outorga legitimidade concorrente ao Ministério Público para requerer ao juiz o inventário e a partilha.
c) No processo civil, a atuação do representante ou assistente legal do incapaz não é causa absoluta e suficiente para dispensa legal de intervenção do Ministério Público.
d) O Ministério Público, no processo civil, apenas quando atua na função de fiscal da lei, detém legitimidade para oferecer exceção de incompetência relativa do juízo.

34. **Quanto às garantias dos Procuradores da República, podemos afirmar que:**
a) a vitaliciedade é adquirida após um ano de exercício, impedindo definitivamente que o Procurador da República perca seu cargo.
b) a inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
c) a vitaliciedade é adquirida após dois anos de exercício, mas não impede que o Procurador da República perca seu cargo por deliberação do tribunal a que estiver vinculado.
d) a inamovibilidade somente poderá ser afastada a pedido do próprio Procurador da República, que deverá ser deferido por decisão por voto de dois terços do Conselho Nacional do Ministério Público.

35. **Sobre os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional que não serão delegados ao Presidente da República, não está:**
a) os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional.
b) a legislação sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.
c) a organização do Poder Judiciário.
d) a escolha dos membros do Ministério Público.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

PRR 3ª REGIÃO
MPF

	A	B	C	D	E			A	B	C	D	E	
01			■			C	19		■				B
02				■		D	20		■				B
03		■				B	21	■					A
04		■				B	22				■		D
05		■				B	23			■			C
06				■		D	24				■		D
07				■		D	25	■					A
08			■			C	26		■				B
09				■		D	27	■					A
10			■			C	28				■		D
11			■			C	29			■			C
12	■					A	30			■			C
13				■		D	31			■			C
14				■		D	32	■					A
15	■					A	33				■		D
16			■			C	34		■				B
17				■		D	35				■		D
18				■		D							